

Título: Luta Indígena.

Os povos originários, desde a descoberta, sofrem com a desvalorização e invalidação de sua cultura e suas crenças. Com a chegada dos europeus, os povos "tradicionais" foram, com o tempo, se tornando maioria, reprimindo e ofuscando os grupos que já existiam e sobreviviam nas terras brasileiras.

Dentro da legislação, são oficialmente reconhecidos apenas 26 de várias outras populações, que permanecem sem atenção do Estado. Geralmente são encontrados habitando áreas preservadas, no Norte, no Nordeste e Centro-oeste do país. Essas comunidades compartilham de uma mesma característica: reconhecem a natureza como uma mãe.

Com isso, constroem uma relação saudável de "Trança de Igaré": os ocupadores se responsabilizam pela preservação, respeito ao Tempo de regeneração e extração consciente de sua matéria; enquanto a natureza vede um bom lugar para viver, alimento, água e materiais que podem ser utilizados para comércio.

Deve ser função Estatal proteger e garantir que a cultura e as áreas ocupadas sejam fortemente fiscalizadas e preservadas. Por isso, no dia 7 de fevereiro de 2017 foi criado em vigor o Decreto nº 6.040 que visa reconhecer legalmente a cultura, a extração, as atividades e a maneira de viver dos povos.

Com isso, o Estado deve, por meio de políticas públicas, conscientizar a população sobre a importância de reconhecer e respeitar suas crenças e histórias. É importante que os brasileiros saibam das lutas e do esforço que foi necessário para que pudessem alcançar seus direitos. Direitos esses que são responsáveis pela não extinção dos povos originários, já que esses, enfrentaram muitas dificuldades para sobreviver até os dias de hoje.